



Percepção de representantes dos órgãos públicos e do legislativo estadual sobre a implementação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em Minas Gerais

Perception of representatives of public agencies and the state legislature on the implementation of the State Policy on Agroecology and Organic Production in Minas Gerais

RUSSO, G¹; RUSSO, F. ²; MALTA, A.W.O. ³; ZAGO, C. P. V ⁴

¹ CEFET-MG, giacomoruussosantanna@gmail.com; ² UFV-FLORESTAL-MG, filipe.russo@yahoo.com.br; ³ UFV-FLORESTAL-MG, awomalta@ufv.br; ⁴ CEFET-MG, valzagomg@gmail.com

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: A presente busca descrever a percepção de representantes dos órgãos públicos e do legislativo sobre a implementação Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em Minas Gerais (PEAPO-MG). Utilizou-se, de entrevistas semiestruturadas como fim de constatar-se existe um consenso que denote avanços na temática “agroecologia e produção orgânica” no Estado de Minas Gerais. A agroecologia é transversal à outras políticas públicas estaduais anteriores e posteriores à PEAPO-MG, como por exemplo a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. A pesquisa e extensão em agroecologia nas instituições de ensino requerem avanços no que se refere às ementas curriculares para consolidação do saber como ciência. A desempenho do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica vai depender das articulações políticas, cobrança dos movimentos sociais de base e da população, como um todo, a fim de construir nas instituições de ensino (da pré-escola até às pós-graduações) informações e saberes de qualidade, para que com isto, haja a formação do ser humano educado e com um o senso crítico desenvolvido acerca do tema.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Agricultura; Segurança Alimentar; Governo; Sociedade.

Keywords: Local Development; Agriculture; Food Safety; Government Society.

Introdução

Acabar com a pobreza e a fome, assegurando crescimento e gestão sustentável dos recursos naturais do planeta, dentro do contexto das alterações climáticas, só será possível se houver um comprometimento com o mundo sustentável imediatamente. Isso exige mudanças desde a transição de processos e de sistemas de agricultura que garantam a segurança alimentar adequada à nutrição com alimentos obtidos de maneira sustentável, com equidade social, econômica e ambiental, além de conservar a biodiversidade e serviços ecossistêmicos dos quais a agricultura depende (FAO, 2018).



Pelo decreto 47223, de 26/07/2017, o governador do estado de Minas Gerais criou, de forma inédita e pioneira, o Grupo Executivo Permanente da Estratégia Inter Setorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica – GEP – com o objetivo de elaborar, coordenar e implementar a Estratégia Inter Setorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica no Estado.

Durante o “2º Simpósio Internacional sobre Agroecologia”, o Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) exortou os formuladores de políticas nacionais a darem um maior apoio à agroecologia. “Para avançar, precisamos do compromisso de mais governos e legisladores em todo o mundo.” (SILVA, 2018).

O Brasil promulgou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica através do Decreto nº 7.794/12 (BRASIL, 2012) e Minas Gerais foi o primeiro Estado a seguir esse exemplo. A Lei n. 21.146, de 14/01/2014, instituiu a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO-MG).

A PEAPO é o marco legal para a realização de um diagnóstico e para a elaboração de políticas públicas voltadas para toda a cadeia da agricultura agroecológica e orgânica no Estado, – produção, comercialização, beneficiamento, instrumentos para financiamento e incentivos (MINAS GERAIS, 2014), sua avaliação pode auxiliar no planejamento dos setores responsáveis pela sua implementação. Cinco anos se passaram e pouco se sabe de sua aplicabilidade e reflexos na produção e no mercado de alimentos agroecológicos e orgânicos no Estado, devido à falta de informação e divulgação da Política. Sendo assim, o presente trabalho objetivou descrever a percepção de representantes dos órgãos públicos e do legislativo estadual sobre a implementação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.

Metodologia

O trabalho utilizou metodologia descritiva com levantamento de dados secundários, a partir de revisão bibliográfica de artigos científicos, além de legislações, instituições normativas, informativos e páginas dos órgãos públicos estaduais, a partir da data de promulgação da PEAPO (14/01/2014). Foi elaborado um questionário com perguntas discursivas, aplicadas aos representantes dos órgãos públicos e do legislativo, sobre a implementação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Minas Gerais.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de órgãos públicos como: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER–MG), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Secretaria de Estado e de Desenvolvimento Agrário (SEDA). Também foram entrevistados um professor universitário da UFV-Florestal e um deputado



estadual de Minas Gerais. As entrevistas foram registradas em áudio e textualmente, para posterior análise das respostas.

Resultados e Discussão

Com base nos dados levantados na pesquisa, as informações mais relevantes dos respondentes são apresentadas abaixo. A partir da homologação da PEAPO eram esperadas mudanças, contudo os representantes dos órgãos públicos e do legislativo estadual acreditam que apesar dos avanços, pouco mudou, necessitando de uma maior destinação de recursos para a regulamentação da política e de uma melhor articulação e comunicação entre os setores políticos, produtores e sociedade civil.

1. Você considera que houve alguma mudança no cenário agroecológico e orgânico no Estado, a partir da homologação da Lei no. 21.146/2014, que instituiu a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em Minas Gerais? Quais?

Dentre os seis entrevistados, todos consideraram que houveram mudanças positivas no cenário agroecológico e orgânico no estado. Minas Gerais foi o primeiro Estado que instituiu uma Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, potencializando algumas ações que já vinham acontecendo em alguns órgãos públicos, como na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG e no Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. Como exemplos, foram citadas a promulgação da Lei n. 21.156, de 17/01/2014, que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar e a criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA) em 2015, que possui uma Diretoria específica para essa temática – Diretoria de Agroecologia e Produção Orgânica. O tema agroecologia também esteve presente no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2016-2019, Lei n. 21.968, 14/01/2016). O PPAG é a referência para a formulação dos programas governamentais, orientando as proposições de diretrizes e leis orçamentárias anuais. Desde 2002, na EMATER já existia uma Coordenação Estadual de Agricultura Orgânica, porém, em 2004 passou a ser denominada “Coordenação Estadual de Agroecologia”. A empresa elegeu o ano de 2018 como “Ano da agroecologia”. Desde 2016, o IMA criou uma gerência de certificação própria para produtos alimentícios sem utilização de agrotóxicos, denominada SAT (Sem Agrotóxico) e outra para Produção Orgânica. As duas certificações não têm custo para agricultores familiares com declaração de aptidão ao PRONAF. Em 2017, a EPAMIG criou o Programa Estadual de Pesquisa em Agroecologia, que incluem o desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos sistemas orgânicos em diferente agro ecossistemas de Minas Gerais e, o fortalecimento das parcerias entre a EPAMIG, agricultores e instituições pesquisa, ensino e extensão rural, gerando conhecimento e disseminando tecnologias por meio de metodologias participativas. Em 2018, foi realizado o IV ENA - Encontro Nacional de Agroecologia em Belo Horizonte - MG.



2.Qual o apoio monetário concedido pelo governo, a fim de fomentar o desenvolvimento da agroecológica e da produção orgânica em Minas Gerais?

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2016-2019) também destinou em orçamento à agroecologia e produção orgânica, para o período de R\$ 3.376.377, sendo esses recursos alocados no Estado de Minas Gerais, na EMATER e na SEDA. No entanto, segundo o deputado estadual entrevistado, os valores investidos em agroecologia, que foram R\$ 322.870,00, R\$ 518.923,00 e R\$ 128.724,00, nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Dentre esses investimentos estão as linhas de crédito, como o PRONAF.

3.As Redes Temáticas da Ater têm por objetivo promover o intercâmbio e a troca de experiências, o conhecimento das políticas públicas, a formação dos agentes de ater, e a organização e disponibilização de conteúdos técnicos e propostas tecnológicas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. Qual apoio dado pelo governo para a promoção desse conhecimento?

Na EMATER-MG, em 2018, realizou-se oficinas técnicas sobre agroecologia, de maneira itinerante, para capacitação técnica dos agricultores, como por exemplo, a elaboração de caldas para o controle de pragas, compostagens alternativas, adubos orgânicos e troca de experiências. A EPAMIG também tem realizado várias ações com os agricultores, como visitas técnicas em unidades de produção orgânica. Uma ação mais concreta são os Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAS), que em Minas Gerais são organizados pelos centros públicos de pesquisa como a EPAMIG, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pelas universidades federais. Os NEAS são financiados através da seleção de propostas por chamada públicas específicas, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com recursos do Instituto MDA de Pesquisa. Em 2017, ocorreu um seminário apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), a partir disso foram construídas duas minutas de editais para serem lançadas pela FAPEMIG, uma para apoiar os NEAS e outra para apoiar pesquisas em agroecologia e produção orgânica.

4.Qual a estratégia do governo, para garantir a segurança alimentar e introduzir os produtos agroecológicos no mercado?

Foram citadas pelos entrevistados, a Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (Lei nº 20.608/2013), que tem por objetivo o fomento da organização e modernização da produção familiar e a ampliação do seu escoamento por meio das compras realizadas pelos órgãos públicos estaduais, além do incentivo ao consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis e que valorizem a cultura alimentar local e regional. Regulamentada pelo Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015, detalha que estes órgãos deverão aplicar no mínimo 30% dos recursos à compra de gêneros alimentícios, in natura ou manufaturados, na aquisição direta de produtos de agricultores familiares, mediante dispensa de licitação por procedimento



de chamada pública. E, mais recentemente, a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Lei n. 22.806, de 29/12/2017), que prevê a construção do Plano Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável.

5.Qual a forma que o governo usa para incentivar pesquisa e extensão em agroecologia nas instituições de ensino? Quais os programas?

Não necessariamente as ações são feitas pelo governo, como por exemplo, recentemente, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG) reconheceu e vai possibilitar o registro profissional dos estudantes de Bacharel em Agroecologia do IF Sudeste MG (Campus Rio Pomba).

6.Qual a possibilidade da criação de um Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica para Minas Gerais?

Depende da atual gestão de governo do Estado. Contudo, o Plano de Ação estratégica Inter setorial de redução de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia é algo mais concreto atualmente e pode auxiliar, conjuntamente com os Conselhos de Participação Popular, para que seja criado o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. No entanto, Minas Gerais possui o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que abarca todas as políticas que transversa com o tema agroecologia.

Conclusões

De acordo com os dados levantados, sugere um consenso de que a instituição coordenadora da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em Minas Gerais – PEAPO-MG, vem dinamizando algumas ações, mesmo que pontuais, ligadas à agroecologia e produção orgânica de alimentos e que já vinham acontecendo nos órgãos públicos ligados à pesquisa e na extensão rural do estado. Segundo os entrevistados, a agroecologia é transversal às outras políticas públicas estaduais, como por exemplo a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Em relação às linhas de pesquisa, da extensão rural e nas instituições de ensino, a agroecologia e a produção orgânica, acreditam que é necessário um avanço ainda maior para melhorar e profissionalizar o conhecimento da capacitação técnica, fundamental para a implementação da PEAPO-MG. Com a criação do PEAPO-MG muitas negociações e articulações, ainda serão necessárias, no meio político, nos níveis estaduais e federais; dos órgãos representativos da sociedade civil, dentre muitos outros para que, articulados, possam cobrar dos governos - estadual e federal, a priorização necessária para manutenção do(s) programas já estabelecidos, aqueles em fase de construção e outros ainda por serem criados. Conclui-se, por esta iniciativa aqui levantada, que a partir da promulgação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica houve



avanços no cenário agroecológico e orgânico em nível estadual, porém, este processo é gradual, está lento em seu decurso e prazos, sabe-se que são realidades diversas nas regiões de nosso estado, e que, no longo prazo os três setores - públicos, de agricultores e da sociedade civil - serão capazes de interagirem-se, comunicarem-se para troca de experiências, saberes e deliberações pertinentes a cada um deles, fazendo com que a agroecologia e produção orgânica avance nas suas potencialidades.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Publicado no Diário Oficial da União, em 21.8.2012.

FAO – Food and agriculture organization of United Nations. **Fao's work on agroecology: A pathway to achieving the SDGs**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i9021en/I9021EN.pdf>> Acesso em: 15 jun 19.

MINAS GERAIS. Lei nº 21.146, de 14/01/2014. **Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO - e dá outras providências**. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21146-2014minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de-agroecologia-e-producaoorganica-peapo-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 18 set 18.

SILVA, J.G. **Los agricultores familiares siguen siendo una pieza clave para ampliar la agroecologia**. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/1114163/icode>> Acesso em: 18 set 18